

PALAVRA DO LEITOR

Entrevista especial

Li, atentamente, a entrevista de Domenico De Masi no **Jornal do Comércio** de 31/08/2015 e estranhei seu desconhecimento do Brasil de hoje, em guerra civil entre irmãos, e, por isso, não precisando declarar guerra a nenhum outro povo. E fiquei pasmo com suas declarações acerca de um tal neoliberalismo que aqui nunca vicejou, acusando-o dos males deste País-continente. Não tem ele a informação de que nos matamos mais aqui do que as guerras, todas elas, e temos 10 capitais entre as 30 mais violentas do mundo, sendo Maceió (AL) a sexta, segundo dados de organismos da própria ONU. Que modelo seremos para um mundo melhor? Por favor, seu De Masi, falta-lhe conhecimento e informação sobre o Brasil real. Sobra-lhe o ressentimento contra os países mais desenvolvidos que geram e distribuem, sim, as riquezas deste mundo globalizado. Não fosse isso, aí sim, o Brasil seria ainda muito pior. (Silvio Lopes, economista)

Impostos

É incrível, mas ninguém fala onde está o dinheiro, o 0,38% de IOF que foi criado após o término da CPMF. É raríssimo. Já assisti a diversas entrevistas, de ex-presidente, do ministro da Saúde e até de parlamentares. Tempos atrás, no **Jornal do Comércio**, saiu uma matéria dizendo que esse imposto de 0,38% do IOF já representava a metade da CPMF! Poxa, e ninguém pede para o governo esses recursos? (Adolfo Deuner)

Esquerda

Achei o texto do professor Jablonski, na coluna Palavra do Leitor do **Jornal do Comércio**, um pouco intrigante. Aparentemente, na opinião dele, somente os partidos “de esquerda” possuem o monopólio do bem, enquanto os “de direita” (que direita?) delectam-se em provocar sofrimento em funcionários públicos e suas famílias, e, por extensão, em toda a cadeia econômica do Estado. (Edgar Granata)

Governo do PT

Alguns políticos dizem e insistem que, com os governos do PT, os ricos ficaram com ódio ao verem os pobres andando de avião. Mas os pobres andam de avião pela concorrência entre as empresas, pelos preços baixos que existem em todo mundo. As grandes empresas quebraram, aqui, nos EUA e na Europa. Ficaram apenas as de baixo custo e, aí, de baixa tarifa. Nada a ver com este ou aquele partido. Agora, elogio o PT pelo que fez com a educação, com o Fies, com o Pronatec, com o Prouni e mandando estudantes para cursarem faculdades no exterior. Antes, só entrava em universidade pública no Brasil quem frequentava os populares cursinhos preparatórios, que eram caros. Aí, sim, só os mais abastados entravam nas faculdades gratuitas, um contrassenso. Os pobres tinham que pagar, nas particulares, que não eram tão disputadas. (Joel Marcantônio de Freitas, Porto Alegre)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2 mil caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

TERÇA NO JANTAR

NA COMPRA DE UM
ENTRECOT
O SEGUNDO SAI DE GRAÇA.

Foto meramente ilustrativa.

Fazenda Barbanegra

Parrilla com o gosto lá de fora.

Rua Ten. Cel. Fabrício Pilar, 791 - 51 3333.0492

ARTIGOS

Por que terceirizar?

Augusto Von Saltiél

O Projeto de Lei 4330/2004, em apreciação no Senado Federal, prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade empresarial. Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rege a terceirização no Brasil, proíbe a contratação para atividade fim das empresas. As empresas utilizam o processo da terceirização para adquirir, dentre outras vantagens, especialidade, melhor técnica e qualidade, eficiência, desburocratização e acréscimo de produtividade, o que pode significar redução de custos do produto para a empresa, assim como, ao consumidor final.

Terceiriza-se com o intuito de obter melhorias em produtividade e especialização e, por conseguinte, ganhos de competitividade, o qual permite o fornecimento de produtos e serviços com menores custos. A terceirização não deve ser confundida com a “precarização” do trabalho, pois é utilizada de forma responsável por grande parte das empresas contratantes. Conforme pesquisa realiza-

da pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 75,2% das indústrias que terceirizam analisam, de forma espontânea, se a contratada cumpre com os encargos e obrigações trabalhistas.

Da mesma forma, ao longo dos 11 anos de discussão, a proposta ao Projeto de Lei evoluiu, com o acréscimo de um conjunto de cláusulas que estabelecem regras para a ocorrência de uma terceirização responsável, com segurança para o trabalhador terceirizado e empresas. Os novos modelos de gestão empresarial impõem às empresas brasileiras a adequação às exigências do mercado global, que é dinâmico e altamente competitivo. A terceirização, por sua vez, pode ser considerada como uma forma moderna de divisão do trabalho, difundida pelas estruturas produtivas globais. Portanto, a falta de regulamentação da terceirização desfavorece o ambiente de negócios, prejudica o crescimento industrial e, por consequência, a geração de empregos qualificados e renda para o trabalhador brasileiro.

Advogado

Associações na economia

Gustavo de Vasconcelos

Muitos desconhecem serem designadas, em nosso ordenamento jurídico, como associações de fins não econômicos (art. 53 do Código Civil), inúmeras organizações de médio e grande porte que desenvolvem, no País, intensa atividade econômica. Dentre essas pessoas jurídicas de direito privado, pode-se elencar instituições de ensino, academias científicas, hospitais beneficentes, museus, maçonaria, órgãos de classe e clubes sociais, recreativos, culturais e esportivos.

A característica distintiva fundamental de não possuírem finalidade lucrativa de maneira alguma representa impedimento em se constituírem em torno de patrimônios materiais de valor expressivo e/ou de se desenvolverem girando com aportes financeiros fora do comum. Ao contrário do que ocorre nas sociedades empresárias, por exemplo, a ausência de lucro nas associações viabiliza, as mais das vezes, que grande parte do resultado de sua atividade econômica seja empregada em seus objetivos especifi-

cos, previamente estabelecidos pelos seus associados

A Copa do Mundo de 2014, aqui no Brasil, veio com clareza demonstrar, através dos vultosos investimentos particulares e governamentais destinados a obras públicas e privadas, o estuendo destaque na esfera econômica dos clubes de futebol, classificados como associações desportivas em função de suas finalidades estatutárias, reconhecidamente de grande interesse social, na conformidade plena do antigo e notório desejo dos povos de panem et circenses (Juvenal, Satirae, 10.81).

Se bem atentarmos, ainda, para os múltiplos desdobramentos havidos nos mais diferenciados setores da economia, como resultado direto da atuação dos tipos de associações entre nós existentes, não há como ignorar o seu papel de importância decisiva para a higeidez econômica do País. Por essa razão, com facilidade entende-se o porquê da redoma protetora assentada sobre elas por nossa Constituição Federal e pelas leis, doutrina e jurisprudência pátrias.

Advogado

Público ou privado?

Paulo Franquilin

A discussão sobre esta temática não é recente, surgiu no século XIX, quando diversos pensadores trataram do funcionamento da sociedade, expondo dois sistemas antagônicos, um priorizando os interesses públicos e outro, os privados. O Rio Grande do Sul tem funcionado obedecendo estas duas cartilhas. Conforme o governo que assume, as prioridades são alteradas, com acusações de ambos os lados dizendo que quem está no poder é o pior modelo de gestão da coisa pública.

No início dos anos 1960, Leonel Brizola encampou empresas de serviços de telefonia e eletricidade, criando a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Depois, nos anos 1970, diversos setores tiveram o apoio estatal com a criação de empresas públicas, autarquias e fundações, durante diversos governos que se sucederam no Estado. No final dos anos 1990, houve uma política de privatização de várias empresas públicas,

sendo privatizada a CRT, parte da CEEE e extinta a Caixa Econômica Estadual. Bannisul e Corsan, entre outros, continuam públicos devido à legislação que determina plebiscito popular para privatização destas empresas. Estas políticas que se orientam conforme os interesses dos mandatários no poder vão tornando as coisas confusas para a maioria da sociedade, que não entende como algo que é público e bom num momento, logo em seguida deve ser privado porque é ruim, ou, ao contrário, o privado deve tornar-se público. A população clama por coisas básicas: saúde, educação e segurança, não importando se serão públicas ou privadas. Observando a história gaúcha, tem restado aos governos investir nas áreas onde a iniciativa privada não tem interesse, vendendo alguns setores que dariam lucro aos cofres públicos. O que falta são políticas de Estado com repercussão e manutenção no longo prazo e não políticas de governos, conforme interesses dos grupos que estão no poder.

Jornalista e escritor